



MUNICÍPIO DE SETÚBAL

Câmara Municipal

# PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO N.º 27/2024/DAF/DICOMP/SECOMP

"CONSTRUÇÃO E CONCESSÃO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DE UM  
EQUIPAMENTO DE APOIO DE PRAIA COM SERVIÇO DE APOIO DE PRAIA  
SIMPLES E EXPLORAÇÃO DE APOIO BALNEAR NA PRAIA DE ALBARQUEL"

---

JUNHO 2024

## Índice

Disposições gerais .....	2
CAPÍTULO II .....	5
Regras de participação.....	5
CAPÍTULO III .....	9
Proposta .....	9
CAPÍTULO IV .....	14
Análise das propostas e adjudicação .....	14
CAPÍTULO V .....	18
Habilitação .....	18
CAPÍTULO VI .....	21
Cauções.....	21
CAPÍTULO VII .....	25
Celebração de contrato.....	25
CAPÍTULO VIII .....	27
Disposições finais .....	27
ANEXO I .....	29
Planta de localização das áreas objeto da concessão – Praia de Albarquel.....	29
ANEXO II .....	30
Modelo de declaração .....	30
ANEXO III .....	32
Minuta da proposta de contrapartida financeira – Meramente exemplificativo.....	32
ANEXO IV .....	33
Modelo de declaração .....	33
ANEXO V .....	34
Modelos de prestação de caução para garantir a celebração do contrato, bem como o integral e pontual cumprimento das obrigações legais e contratuais .....	34
ANEXO VI .....	37
Modelos de prestação de caução para garantia da boa e regular execução da obra .....	37
ANEXO VII .....	40
Modelos de prestação de caução para recuperação ambiental.....	40

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### Cláusula 1.ª

##### Identificação e objeto do procedimento

**1** - O presente procedimento é realizado através de Concurso Público, ao abrigo e nos termos do disposto na alínea c) do artigo 61.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na redação atual, e nos artigos 23.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, na atual redação, conjugado com o disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 16.º, nos artigos 34.º a 111.º e nos artigos 130.º e seguintes, com as necessárias adaptações, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 19 de janeiro, na redação atual.

**2** - Ao presente programa de procedimento são aplicáveis as disposições constantes no Programa da Orla Costeira de Espichel-Odeceixe, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 87-A/2022, de 4 de outubro, e no respetivo Regulamento de Gestão das Praias do Troço Espichel-Odeceixe, aprovado pelo Aviso nº 23368/2022, de 12 de dezembro.

**3** - O presente procedimento destina-se à escolha do concessionário com vista à atribuição do direito de utilização privativa, através de contrato de concessão, para construção e exploração de um Equipamento de Apoio de Praia com serviço de Apoio de Praia Simples com área total de 435m<sup>2</sup> e Apoio Balnear sazonal com 1320m<sup>2</sup> na Praia de Albarquel, identificado na planta que constitui o anexo I ao presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante.

**4** - O Município de Setúbal é a entidade gestora da Praia de Albarquel de acordo com o disposto no artigo 3º do Decreto-lei nº 97/2018, de 27 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado, ao abrigo do artigo 19.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

#### Cláusula 2.ª

##### Entidade pública contratante

**1** - A entidade pública contratante é o Município de Setúbal, sito no Edifício dos Paços do Concelho, Praça do Bocage, 2901-866 Setúbal.

**2** - O presente procedimento de concurso público foi determinado por deliberação da Câmara

Municipal, tomada na reunião n.º 14/2024, através da Proposta n.º 69/2024, Deliberação n.º \_\_\_\_\_, de 19 de junho de 2024, publicada através do Edital n.º \_\_\_\_/2024, ao abrigo do disposto nas alíneas f) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada.

**3** - Mediante deliberação da Assembleia Municipal tomada na \_\_\_\_ª sessão, realizada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024, publicada através do Edital n.º \_\_\_\_/2024, sob proposta da Câmara Municipal, apresentada ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi autorizada a Câmara Municipal a celebrar o contrato de concessão e fixadas as respetivas condições gerais previstas no presente programa do procedimento e no caderno de encargos, nos termos e ao abrigo do estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à mencionada Lei.

#### Cláusula 3.ª

##### **Órgão competente para prestar esclarecimentos**

O órgão com competência para prestar esclarecimentos, no âmbito do artigo 50.º do CCP, é o júri do procedimento, designado nos termos do artigo 67.º do CCP, que inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao envio do anúncio para publicação nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 68.º do CCP.

#### Cláusula 4.ª

##### **Disponibilização das peças do procedimento**

**1** - As peças do concurso estão disponíveis para consulta dos interessados das **9:30 às 12:00** e das **14:00 às 17:00** horas, na Secção Compras, sita na morada supra indicada, com o número de telefone 265541500 e com o e-mail: [secpp@mun-setubal.pt](mailto:secpp@mun-setubal.pt).

**2** - As peças que constituem o presente concurso serão integralmente disponibilizadas, na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Setúbal: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), de forma gratuita, de acordo com o n.º 1 do artigo 133.º do CCP.

**3** - O acesso à referida plataforma eletrónica, que permite ao interessado efetuar a consulta e descarregar as peças do procedimento, só é possível mediante credenciação junto da empresa Acingov, sendo esta credenciação igualmente gratuita.

**4** - A credenciação deverá ser efetuada junto da empresa Acingov através da plataforma <https://www.acingov.pt/>, no registo de fornecedor, podendo solicitar serviço de apoio técnico

através do telefone 707 451 451 e email: [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt), que facultará os elementos necessários ao preenchimento dos dados.

**5** - Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), nos termos dos artigos 467.º a 469.º, do CCP.

#### Cláusula 5.ª

##### **Visita ao local**

Mediante solicitação o interessado poderá agendar uma visita ao local objeto da concessão, até ao termo do prazo para apresentação das propostas. Para o efeito o interessado deverá agendar a sua presença através da plataforma eletrónica de contratação pública até às 17h00 do dia que antecede a data mencionada.

#### Cláusula 6.ª

##### **Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento**

**1** - No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

**2** - Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrarem que o interessado não considere exequíveis.

**3** - A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de Encargos detetados, com exceção dos daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

**4** - O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º.

**5** - Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a) O júri do procedimento presta os esclarecimentos solicitados;
  - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 6** - O órgão competente deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
- 7** - Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5 da presente cláusula, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender -se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
- 8** - Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
- 9** - Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **CAPÍTULO II**

### **Regras de participação**

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Concorrentes**

- 1** - É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
- 2** - Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 3** - Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos o artigo 54.º, do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.

**4** - Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

**5** - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, sob a forma jurídica de consórcio.

**6** - O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe do consórcio, devendo-lhe ser conferido, no mesmo ato, por procuração, os poderes a que se refere o artigo 14.º, n.º 1, alíneas a), b), c) e d), do Decreto-Lei 231/81, de 28 de julho, que será o único interlocutor responsável perante a entidade adjudicante.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Impedimentos**

**1** - Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que:

- a) Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas ou tenham pendente um plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- b) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, no caso de pessoas singulares, ou, no caso de pessoas coletivas, quando tenham sido condenados por aqueles crimes a pessoa coletiva ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, e estes se encontrem em efetividade de funções, em qualquer dos casos sem que entretanto tenha ocorrido a respetiva reabilitação, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- c) Tenham sido objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido objeto de aplicação daquela sanção administrativa os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;

- d) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- e) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- f) Tenham sido objeto de aplicação de sanção acessória de proibição de participação em procedimentos de contratação pública previstos em legislação especial, nomeadamente nos regimes contraordenacionais em matéria laboral, de concorrência e igualdade e não-discriminação, bem como da sanção prevista no artigo 460.º do CCP, durante o período fixado na decisão condenatória, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- g) Tenham sido objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- h) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP:
  - i) Participação numa organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008;
  - ii) Corrupção, tal como definida no artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários da União Europeia ou dos Estados-Membros da União Europeia e no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, e nos artigos 372.º a 374.º -B do Código Penal;
  - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - iv) Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1.º da Diretiva n.º 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de



2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo;

- v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com um grupo terrorista, tal como definidas nos artigos 3.º e 4.º da Diretiva n.º 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativa à luta contra o terrorismo, ou qualquer infração relacionada com atividade terroristas, incluindo cumplicidade, instigação e tentativa, nos termos do artigo 14.º da referida diretiva;
- vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidos no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011;
- i) Tenham, a qualquer título, prestado, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- j) Tenham diligenciado no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar do órgão competente, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento, ou tenham prestado informações erróneas suscetíveis de alterar materialmente as decisões de exclusão, qualificação ou adjudicação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- k) Estejam abrangidas por conflitos de interesses que não possam ser eficazmente corrigidos por outras medidas menos gravosas que a exclusão, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- l) Tenham acusado deficiências significativas ou persistentes na execução de, pelo menos, um contrato público anterior nos últimos três anos, tendo tal facto conduzido à resolução desse contrato por incumprimento, ao pagamento de indemnização resultante de incumprimento, à aplicação de sanções que tenham atingido os valores máximos aplicáveis nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 329.º do CCP, ou a outras sanções equivalentes, nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP.

**2 -** Para efeitos do disposto na alínea k) do número anterior, podem ser ponderadas, como medidas menos gravosas que a exclusão, designadamente, a substituição de membros do júri ou de peritos que prestem apoio ao júri, a instituição de sistemas de reconfirmação de análises, apreciações ou aferições técnicas, ou a proibição de o concorrente recorrer a um determinado subcontratado, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 55.º do CCP.

**Cláusula 9.ª**

**Revelação dos impedimentos**

**1** - O disposto nas alíneas d) e e) do n.º 1 da cláusula anterior aplica-se sem prejuízo dos regimes de regularização de dívidas fiscais e dívidas à Segurança Social em vigor, nos termos do n.º 1 do artigo 55.º-A do CCP.

**2** - O concorrente que se encontre numa das situações referidas nas alíneas b), c), g), h) ou l) do n.º 1 da cláusula anterior pode demonstrar que as medidas por si tomadas são suficientes para demonstrar a sua idoneidade para a execução do contrato e a não afetação dos interesses que justificam aqueles impedimentos, não obstante a existência abstrata de causa de exclusão, nomeadamente através de:

- a) Demonstração de que ressarciu ou tomou medidas para ressarcir eventuais danos causados pela infração penal ou falta grave;
- b) Esclarecimento integral dos factos e circunstâncias por meio de colaboração ativa com as autoridades competentes;
- c) Adoção de medidas técnicas, organizativas e de pessoal suficientemente concretas e adequadas para evitar outras infrações penais ou faltas graves.

**3** - Tendo por base os elementos referidos no número anterior, bem como a gravidade e as circunstâncias específicas da infração ou falta cometida, a entidade adjudicante pode tomar a decisão de não relevar o impedimento, nos termos do n.º 3 do artigo 55.º-A do CCP.

**4** - As sanções de proibição de participação em procedimentos de formação de contratos públicos que tenham sido aplicadas, ou consideradas válidas, mediante decisão transitada em julgado, não são passíveis de relevação, nos termos do n.º 4 do artigo 55.º-A do CCP.

**CAPÍTULO III**

**Proposta**

**Cláusula 10.ª**

**Noção de proposta e prazo de entrega**

- 1 - A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2 - A proposta deve ser entregue até às 23h59 horas, do 30.º dia a contar da data da publicação do anúncio em Diário da República.

**Cláusula 11.ª**

**Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas**

- 1 - Quando as retificações ou esclarecimentos previstos na Cláusula 6.ª sejam comunicadas, pela entidade adjudicante, para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado, nos termos do n.º 1 do artigo 64.º do CCP.
- 2 - Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas na Cláusula 6.ª, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 64.º do CCP.
- 3 - A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados, nos termos do n.º 4 do artigo 64.º do CCP.
- 4 - As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP, conforme o n.º 5 do artigo 64.º do CCP.

**Cláusula 12.ª**

**Documentos da proposta**

- 1 - Sob pena de exclusão, a proposta será constituída obrigatoriamente pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo II, ao presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- b) Proposta de contrapartida financeira, elaborada de acordo com a minuta exemplificativa constante do anexo III, ao presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante, que poderá ser aperfeiçoada pelo concorrente nos elementos que considerar mais vantajosos, deve conter, obrigatoriamente:
  - i) A identificação do concorrente;
  - ii) O valor da contrapartida financeira mensal a pagar pelo exclusivo do direito de utilização privativa objeto do presente procedimento, correspondente ao valor que se propõe pagar mensalmente durante a concessão, que não pode ser inferior ao valor mínimo mensal de € 1.200,00 (mil e duzentos euros), fixado no n.º 1, da cláusula 7.ª do Caderno de Encargos.
- c) Plano de investimentos do projeto que deve compreender as obras que se propõe realizar, incluindo obrigatoriamente as previstas na cláusula 5.º do Caderno de Encargos;
- d) Programa de trabalhos com a respetiva calendarização para o licenciamento e realização da obra, que identifique de forma expressa a data de conclusão das obras até 31 de maio de 2025 conforme disposto na alínea e) do número 2 da Clausula 18ª.

**2** - Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis por conterem atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

**3** - Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP.

**4** - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes, nos termos do n.º 5 do artigo 57.º do CCP.

**5** - O valor constante da proposta apresentada pelos concorrentes, não inclui o IVA, é expresso em euros, em algarismos e por extenso, sendo a este último que se atende, em caso de divergência.

#### Cláusula 13.ª

### **Modo de apresentação das propostas**

- 1** - Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Setúbal: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
- 2** - Os documentos submetidos na plataforma eletrónica devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos n.ºs 2 a 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de Agosto.
- 3** - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregues aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
- 4** - Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do previsto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
  - a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
  - b) Que deve ser entregue diretamente na Secção de Compras deste município sito no edifício dos Paços do Concelho, Praça do Bocage, em Setúbal, ou enviado por correio registado para a mesma morada, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado na Cláusula 10.ª;
  - c) Cuja receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.

### **Cláusula 14.ª**

#### **Idioma dos documentos da proposta**

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, de acordo com o disposto no n.º 1 do Artigo 58.º do CCP.

### **Cláusula 15.ª**

#### **Propostas Variantes**

- 1** - São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do CCP.
- 2** - Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.
- 3** - Cada concorrente só pode apresentar uma única proposta, conforme o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP.

Cláusula 16.ª

**Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 17.ª

**Classificação de documentos da proposta**

**1** - Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, podem os interessados requerer, através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituam a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.

**2** - A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, pelo órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.

**3** - Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos números anteriores.

**4** - Se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a classificação dos documentos que constituem as propostas, é promovida oficiosamente, pelo órgão competente para a decisão de contratar, a respetiva desclassificação que será informada a todos os interessados.

**5** - Quando, por força da classificação dos documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los nos termos previstos na Cláusula 13.ª ou no prazo fixado na Cláusula 10.ª, o órgão competente para a decisão de contratar pode estabelecer, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

**6** - A entidade adjudicante não deve divulgar as informações constantes dos documentos classificados das propostas.

**7** - A entidade adjudicante pode impor aos concorrentes requisitos destinados a proteger as informações de natureza confidencial por ela disponibilizadas ao longo do procedimento de formação do contrato público.

## **CAPÍTULO IV**

### **Análise das propostas e adjudicação**

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Análise das Propostas**

**1** - As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, e termos ou condições.

**2** - São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que desrespeitam manifestamente o objeto do contrato a celebrar, ou que não apresentam algum dos atributos ou algum dos termos ou condições, nos termos, respetivamente, do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- b) Que apresentam alguns dos atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 10 a 12 do artigo 49.º do CCP;
- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) Que o valor da contrapartida financeira mensal seja inferior ao valor mínimo mensal de €1.200,00 (mil e duzentos euros), sem IVA, fixado no n.º 1, da cláusula 7.ª do Caderno de Encargos e mencionado no n.º 2 da cláusula 20.º do presente Programa do Procedimento;
- e) Que o prazo de conclusão das obras seja posterior a 31 de maio de 2025;
- f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

**3** - A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto na alínea f) do número anterior, bem como a existência de indícios de práticas restritivas da concorrência, ainda que não tenham dado origem à exclusão da proposta, devem ser comunicadas à Autoridade da Concorrência.

**4** - Sem prejuízo do disposto no n.º 2 da presente cláusula, constituem, ainda, causas de exclusão das propostas as previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

#### Cláusula 19.ª

##### **Esclarecimentos e suprimientos sobre as propostas**

**1** - O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

**2** - Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

**3** - O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:

- a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, incluindo a declaração do anexo I ao CCP;
- b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
- c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.

**4** - O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.



5 - Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

**Cláusula 20.ª**

**Critério de adjudicação**

- 1 - A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, através da modalidade monofator, tendo como único aspeto da execução do contrato a celebrar o preço, de acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do Artigo 74.º do CCP.
- 2 - O fator único tem por base uma contrapartida financeira mensal com o valor mínimo de 1.200,00 (mil e duzentos euros).
- 3 - Em caso de igualdade de proposta, constitui fator de desempate, o sorteio entre as propostas empatadas.
- 4 - O sorteio será efetuado após convocatória aos concorrentes empatados, via plataforma eletrónica com a indicação respetivamente do local, data e hora da realização, a determinar pelo júri do procedimento.
- 5 - O sorteio será realizado na presença do júri e dos representantes dos concorrentes empatados, mediante a extração de cartões numerados, ficando ordenados consoante a numeração do cartão retirado.
- 6 - No final do sorteio será lavrada a respetiva ata, que será assinada pelo júri e pelos representantes dos concorrentes presentes.
- 7 - Caso nenhum dos concorrentes empatados compareça ao ato de sorteio ou verificando-se que não estão presentes todos os seus representantes, passados 30 minutos da hora marcada para a realização deste ato, o sorteio decorrerá da seguinte forma:
  - a) Num saco opaco, colocar-se-ão os cartões, numerados de 1 até ao número de concorrentes a desempatar;
  - b) Contar-se-ão os representantes dos concorrentes empatados presentes no ato e até à hora marcada e designar-se-ão tantos trabalhadores do serviço que procede ao sorteio, quantos os necessários para suprir a ausência dos concorrentes empatados;
  - c) Cada representante dos concorrentes empatados procederá à extração de um cartão de dentro do saco, seguindo-se o mesmo procedimento para os trabalhadores que representem os concorrentes ausentes;

- d) Os concorrentes ficarão ordenados consoante a numeração do cartão retirado.

**Cláusula 21.ª**

**Adjudicação**

- 1** - A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.
- 2** - A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes, indicando-se o prazo de suspensão previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 104.º do CCP.
- 3** - Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP;
  - b) Prestar as cauções, previstas e nos termos do disposto nas cláusulas 27.º e 28.º do presente Programa do Procedimento, indicando expressamente o seu valor;
  - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
  - d) Se pronunciar sobre a minuta de contrato, quando este for reduzido a escrito;
  - e) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.
- 4** - As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

**Cláusula 22.ª**

**Causas de não adjudicação e revogação da decisão de contratar**

- 1** - Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando:
  - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
  - b) Todas as propostas tenham sido excluídas, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 70.º do CCP;
  - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;

- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;
  - e) Nos casos a que se refere o n.º 5 do artigo 47.º do CCP, a entidade adjudicante considere, fundamentadamente, que todos os preços apresentados são inaceitáveis.
- 2** - A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.
- 3** - No caso da alínea c) do n.º 1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.
- 4** - Quando o órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1, a entidade adjudicante deve indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.
- 5** - A decisão de não adjudicação prevista no presente artigo determina a revogação da decisão de contratar, nos termos do artigo 80.º do CCP.

## **CAPÍTULO V**

### **Habilitação**

#### **Cláusula 23.ª**

#### **Documentos de habilitação**

- 1** - O adjudicatário deve apresentar através da plataforma eletrónica, até ao 6.º dia após a notificação de adjudicação, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, os seguintes documentos de habilitação, nos termos do artigo 81.º do CCP e da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, designadamente:
- a) Declaração do anexo II ao CCP, do qual faz parte integrante, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e que consta do anexo IV ao presente Programa do Procedimento e que do mesmo faz parte integrante;
  - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, segundo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.
- 2** - O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP é de 5 dias.

**3** - A entidade adjudicante deve aceitar como prova bastante de que o adjudicatário não se encontra abrangido por nenhum dos casos referidos nas alíneas b) e h), do n.º 1 do artigo 55.º a apresentação de um certificado de registo criminal ou, na sua falta, de documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resulte que aqueles requisitos se encontram satisfeitos, nos termos do n.º 1 do artigo 83.º-A do CCP.

**4** - A entidade adjudicante deve aceitar como prova bastante de que o adjudicatário não se encontra abrangido por nenhum dos casos referidos nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 55.º um certificado emitido pela entidade competente (Declaração da Segurança Social e Certidão das Finanças), nos termos do n.º 2 do artigo 83.º-A do CCP.

**5** - No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nos números anteriores ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo profissional qualificado.

**6** - O adjudicatário deve ainda apresentar certidão da conservatória do registo comercial ou o respetivo código de acesso.

**7** - Juntamente com os documentos de habilitação, em caso de pessoa coletiva, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE, ou o respetivo código de acesso.

**8** - Tendo em atenção o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação, por força do disposto no artigo 87º-A do CCP.

**9** - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do Programa do Procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando prazo para o efeito.

#### **Cláusula 24.ª**

##### **Modo de apresentação dos documentos de habilitação**

**1** - Os documentos de habilitação referidos na cláusula 23.ª do presente Programa do Procedimento, nos termos previstos no artigo 81.º do CCP, são apresentados através da plataforma

eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), conforme o disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro.

**2** - Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro.

**3** - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro.

**4** - Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos no n.º 1, da Cláusula 23.º e na Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, devem ser apresentados por todos os seus membros.

#### Cláusula 25.ª

##### **Notificação da apresentação dos documentos de habilitação**

**1** - O órgão competente para a decisão de contratar notifica simultaneamente todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

**2** - O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.

**3** - Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário são disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

**Cláusula 26.ª**

**Não apresentação dos documentos de habilitação**

**1** - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no Programa do Procedimento;
- b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP;
- c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, salvo se o Programa do Procedimento dispuser diferentemente e estabelecer a suficiência da redação dos documentos em língua estrangeira sem necessidade de tradução.

**2** - Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.

**3** - Quando as situações previstas no n.º 1 da presente cláusula se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

**4** - Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente, conforme o disposto no n.º 4 do artigo 86.º do CCP.

**CAPÍTULO VI**

**Cauções**

**Cláusula 27.ª**

**Garantia do cumprimento das obrigações**

**1** - Sem prejuízo da prestação das cauções previstas nas cláusulas 28.ª e 29.ª, para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e

contratuais que assume com essa celebração, decorrentes da concessão de utilização privativa, o adjudicatário presta uma caução a favor do Município de Setúbal.

**2** - O valor desta caução é equivalente a 12 meses da contrapartida financeira mensal indicada na proposta adjudicada, sem qualquer bonificação.

**3** - Esta caução deve ser prestada no prazo de 10 dias a contar da notificação prevista no n.º 3, da cláusula 21.º, devendo o adjudicatário comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

**4** - Esta caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, “ao primeiro pedido” e por tempo indeterminado, incondicional e irrevogável, conforme escolha do adjudicatário e respetivos modelos constantes do anexo V, do presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante.

**5** - O depósito em dinheiro ou títulos efetua-se em Portugal, numa instituição de crédito, à ordem do Município de Setúbal, devendo especificar o fim a que se destina, mediante guia preenchida pelo adjudicatário.

**6** - Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90 % dessa média.

**7** - Se o adjudicatário prestar esta caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.

**8** - Tratando-se de seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar uma apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assumo, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.

**9** - Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução, ainda que não tenha sido pago o respetivo prémio.

**10** - Todas as despesas relativas à prestação desta caução são da responsabilidade do adjudicatário.

**11** - Esta caução é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

**12** - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos, esta caução.

**Cláusula 28.ª**

**Garantia da boa e regular execução da obra**

**1** - Sem prejuízo da prestação das cauções previstas nas cláusulas 27.º e 29.º, para garantir a boa e regular execução da obra, a qual terá de cumprir tanto os regulamentos de ordem técnica e ambiental como os condicionalismos impostos no contrato de concessão, e pelas autoridades competentes para o respetivo licenciamento, o adjudicatário presta a favor do Município de Setúbal uma caução para cumprimento das obrigações de implantação, alteração e demolição de construções, instalações, infraestruturas e equipamentos.

**2** - O valor desta caução corresponde a 5% do montante global do investimento previsto no projeto.

**3** - No prazo de 30 dias a contar da data de atribuição do título, o adjudicatário presta a uma caução, sem a qual não poderá ser celebrado o contrato de concessão, devendo comprovar a sua prestação no dia imediatamente subsequente.

**4** - Esta caução pode se prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução “ao primeiro pedido” e por tempo indeterminado, incondicional e irrevogável, conforme escolha do adjudicatário e modelos constantes do anexo VI, do presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante.

**5** - O depósito de dinheiro ou títulos efetua-se numa instituição de crédito, à ordem do Município de Setúbal, devendo ser especificado o fim a que se destina, mediante guia preenchida pelo adjudicatário.

**6** - Quando o depósito for efetuado em títulos, estes devem ser avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na Bolsa de Valores de Lisboa ficar abaixo do par, caso em que a avaliação deve ser feita em 90% dessa média.

**7** - Se esta caução for prestada mediante garantia bancária, é apresentado o documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias em virtude do incumprimento das obrigações por parte do concessionário.



**8** - Tratando-se de seguro-caução, é apresentada apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pelo Município de Setúbal, em virtude do incumprimento das obrigações.

**9** - Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias, nos moldes que são asseguradas pelas outras formas admitidas, de prestação da caução, ainda que não tenha sido pago o respetivo prémio.

**10** - Todas as despesas derivadas da prestação desta caução são da responsabilidade do adjudicatário.

**11** - São causas de perda desta caução:

- a) O abandono injustificado da obra por mais de um mês, dentro do período máximo previsto para execução da mesma;
- b) O não início da construção da obra no período dos dois meses posteriores à emissão do respetivo título.

**12** - Esta caução será liberada em 50% do seu montante, logo que se encontrem realizadas, e após vistoria da respetiva autoridade competente, no local da instalação, obras que correspondam a mais de 50% do investimento previsto e na totalidade do seu montante, após emissão do parecer favorável da autoridade competente e respetiva vistoria.

#### Cláusula 29.<sup>a</sup>

##### **Garantia da recuperação ambiental**

**1** - Sem prejuízo da prestação das cauções previstas nas cláusulas 27.<sup>a</sup> e 28.<sup>a</sup>, para garantir a recuperação de eventuais danos ambientais causados nos recursos hídricos, como consequência da exploração e sem prejuízo das indemnizações a terceiros, o concessionário presta a favor do Município de Setúbal uma caução para recuperação ambiental.

**2** - O valor desta caução corresponde a 0,5% do montante investido na obra.

**3** - Esta caução é prestada no prazo de 80 dias a contar da data da entrada em funcionamento da respetiva utilização, devendo ser comprovada a sua prestação no dia imediatamente subsequente.

**4** - Esta caução pode ser prestada por depósito em dinheiro ou mediante garantia bancária “ao primeiro pedido” e por tempo indeterminado, incondicional e irrevogável, conforme escolha do concessionário e respetivos modelos constantes do anexo VII, do presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante.

**5** - O depósito de dinheiro efetua-se numa instituição de crédito, à ordem do Município de Setúbal, devendo ser especificado o fim a que se destina, mediante guia preenchida pelo concessionário.

**6** - Se esta caução for prestada mediante garantia bancária, é apresentado o documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias em virtude do incumprimento das obrigações por parte do concessionário.

**7** - Todas as despesas derivadas da prestação desta caução são da responsabilidade do concessionário.

**8** - Esta caução é liberada decorrido 1/5 do prazo da concessão, desde que o concedente, considere que não é preciso acioná-la para a correção ou eliminação de eventuais danos ambientais.

**9** - O concessionário não pode continuar a explorar a utilização se a partir da data referida no n.º 3 não tiver prestado, a favor do Município de Setúbal, a referida caução, sob pena de imediata revogação do contrato de concessão, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º e no n.º 8 da alínea A) do Anexo I do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

## **CAPÍTULO VII**

### **Celebração de contrato**

#### **Cláusula 30.ª**

##### **Redução do contrato a escrito**

**1** - O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

**2** - As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

#### **Cláusula 31.ª**

##### **Conteúdo do contrato**

**1** - Segundo o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do CCP, faz parte integrante do contrato um clausulado que deve conter os seguintes elementos:

- a) A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como do título a que intervêm, com indicação dos atos que os habilitem para esse efeito;

- b) A indicação do ato de adjudicação e do ato de aprovação da minuta do contrato;
- c) A descrição do objeto do contrato;
- d) O valor da contrapartida financeira mensal a pagar durante o prazo de vigência do contrato de concessão, que é de 20 anos, tendo em conta o valor da contrapartida financeira mensal apresentado pelo adjudicatário na sua proposta e o valor e o período da bonificação mencionado no n.º 4 da cláusula 7.ª do Caderno de Encargos, não considerando as atualizações anuais, sem IVA.
- e) O prazo de execução das principais prestações objeto do contrato;
- f) Os ajustamentos aceites pelo adjudicatário;
- g) A referência às cauções prestadas pelo adjudicatário;
- h) A identificação do gestor do contrato em nome da entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º -A;
- i) As eventuais condições de modificação do contrato expressamente previstas no caderno de encargos, incluindo cláusulas de revisão ou opção, claras, precisas e inequívocas.

**2** - De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 96.º do CCP, fazem ainda parte integrante do contrato:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O caderno de encargos e respetivos anexos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

**3** - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

**4** - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

**5** - O contrato de concessão de utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público, dispõe, entre outras matérias a acordar pelas partes, sobre as constantes do n.º 6 da Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro.

Cláusula 32.ª

**Minuta do contrato**

- 1 - A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 98.º do CCP.
- 2 - Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo 99.º do CCP, de acordo com n.º 1 do artigo 100.º do CCP.
- 3 - A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação, conforme disposto no artigo 101.º do CCP.
- 4 - As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

Cláusula 33.ª

**Outorga do contrato**

- 1 - A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação.
- 2 - A não outorga do Contrato, por facto imputável ao adjudicatário, determina a caducidade da adjudicação nos termos previstos no n.º 1 do artigo 105.º do CCP.

**CAPÍTULO VIII**

**Disposições finais**

Cláusula 34.ª

**Legislação aplicável**

- 1 - Em tudo o não especificado no presente Programa do Procedimento aplica-se, subsidiariamente, as disposições constantes da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, do Decreto-Lei n.º 226-A/2007 de 31 de maio, que estabelece o regime de utilização dos recursos hídricos e do CCP.
- 2 - A tudo o que não esteja especialmente previsto nos diplomas referidos no número anterior

aplica-se a legislação nacional e comunitária, designadamente o Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação aplicável.

**Cláusula 35.ª**

**Apoio técnico referente à plataforma eletrónica**

- 1** - Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, podem recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos contactos disponibilizados para esse fim no sítio [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
- 2** - Encontra-se disponível, no sítio referido no número anterior, um manual de utilização da plataforma eletrónica destinado a apoiar a participação de todos os interessados no procedimento.

**ANEXO I**

**Planta de localização das áreas objeto da concessão – Praia de Albarquel**

[a que se refere a n.º 3 da cláusula 1.ª do presente Programa do Procedimento]

ANEXO II

**Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP e a alínea a) do n.º 1 da Cláusula 12.ª do presente Programa do Procedimento]

1 - ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar documentos comprovativos de que não

se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(4)</sup>].

(<sup>1</sup>) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(<sup>2</sup>) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(<sup>3</sup>) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(<sup>4</sup>) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO III

**Minuta da proposta de contrapartida financeira – Meramente exemplificativo**

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 da cláusula 12.ª do presente Programa do Procedimento]

F ..... (nome, número de documento de identificação e morada) ou, F ..... (firma, número de identificação fiscal, sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), representado por A ..... (nome, número de documento de identificação e morada), com poderes de representação para o ato, depois de ter (em) tomado perfeito conhecimento do objeto do Concurso Público n.º 27/2024/DAF/DICOMP/SECOMP com vista à atribuição do direito de utilização privativa, através de contrato de concessão, para construção e exploração de um Equipamento de Apoio de Praia com serviço de Apoio de Praia Simples com área total de 435m<sup>2</sup> e Apoio Balnear sazonal com 1320m<sup>2</sup> na Praia de Albarquel, identificados na planta que constitui o anexo I do Programa do Procedimento, vem apresentar no referido concurso público, a seguinte proposta:

- Contrapartida financeira mensal proposta \_\_\_\_\_ € ( \_\_\_\_\_ euros).

Data \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

ANEXO IV

**Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e a alínea a) do n.º 1 da cláusula 23.ª do presente Programa do Procedimento]

1 - ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(3)</sup>] os documentos comprovativos de que se a sua representada <sup>(4)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(5)</sup>].

<sup>(1)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(2)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(3)</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>(4)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(5)</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO V

**Modelos de prestação de caução para garantir a celebração do contrato, bem como o integral e pontual cumprimento das obrigações legais e contratuais**

(a que se refere o n.º 5 do artigo 90.º do CCP e o n.º 4 da cláusula 27.ª do presente Programa do Procedimento)

**MODELO GARANTIA BANCÁRIA OU SEGURO-CAUÇÃO**

Garantia bancária/Seguro-caução <sup>(1)</sup> n.º \_\_\_\_

Em nome e a pedido de <sup>(2)</sup> \_\_\_\_\_, vem o (a) <sup>(3)</sup> \_\_\_\_\_ pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Setúbal, uma garantia bancária/seguro-caução <sup>(4)</sup>, à primeira solicitação, no valor de <sup>(5)</sup> \_\_\_\_\_ € <sup>(6)</sup> \_\_\_\_\_, como caução destinado(a) a garantir a celebração do contrato, bem como o integral e pontual cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas pelo(s) garantido(s), no âmbito do procedimento de Concurso Público n.º 27/2024/DAF/DICOMP/SECOMP com vista à atribuição do direito de utilização privativa, através de contrato de concessão, para construção e exploração de um Equipamento de Apoio de Praia com serviço de Apoio de Praia Simples com área total de 435m<sup>2</sup> e Apoio Balnear sazonal com 1320m<sup>2</sup> na Praia de Albarquel, nos termos e para efeitos previstos no artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

A presente garantia no valor de <sup>(7)</sup> \_\_\_\_\_ corresponde a 12 meses da contrapartida financeira mensal proposta pelo adjudicatário e funciona como se a mesma estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer imediatamente a entrega ao Município de Setúbal de toda e qualquer importância, que se torne necessária até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros <sup>(8)</sup> garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida por tempo indeterminado até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

(<sup>9</sup>) \_\_\_\_\_, (<sup>10</sup>) \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

(<sup>11</sup>) (Banco ou Seguradora)

(<sup>1</sup>) Eliminar o que não interessar.

(<sup>2</sup>) Identificação do adjudicatário (pessoa singular indicar nome, número de documento de identificação e morada; pessoa coletiva indicar firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes).

(<sup>3</sup>) Identificação completa da Instituição que garante (indicação de filial ou agência se for o caso).

(<sup>4</sup>) Eliminar o que não interessa.

(<sup>5</sup>) O valor deve corresponder a 12 meses da contrapartida financeira mensal proposta pelo adjudicatário, por algarismos.

(<sup>6</sup>) O valor por extenso.

(<sup>7</sup>) Indicar o valor por algarismos e por extenso.

(<sup>8</sup>) Eliminar o que não interessa.

(<sup>9</sup>) Local.

(<sup>10</sup>) Data.

(<sup>11</sup>) Identificação e assinatura da Instituição que garante.

## MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

Euros: <sup>(1)</sup> € \_\_\_\_\_

Vai <sup>(2)</sup> \_\_\_\_\_, residente/com sede em<sup>(3)</sup> \_\_\_\_\_, depositar na <sup>(4)</sup> sede/ filial/ agência /delegação da (o) <sup>(5)</sup> \_\_\_\_\_ a quantia de<sup>(6)</sup> \_\_\_\_\_, <sup>(7)</sup> em dinheiro/títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, como caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o integral e pontual cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas pelo(s) depositante(s), exigida no âmbito do procedimento de Concurso Público n.º 27/2024/DAF/DICOMP/SECOMP que visa a atribuição do direito de utilização privativa, através de contrato de concessão, para construção e exploração de um Equipamento de Apoio de Praia com serviço de Apoio de Praia Simples com área total de 435m<sup>2</sup> e Apoio Balnear sazonal com 1320m<sup>2</sup> na Praia de Albarquel, nos termos e para efeitos previstos no artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Este depósito fica à ordem de Município de Setúbal, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

<sup>(8)</sup> \_\_\_\_\_, <sup>(9)</sup> \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

<sup>(10)</sup> \_\_\_\_\_ (Assinatura)

<sup>(1)</sup> Identificação do valor por algarismos.

<sup>(2)</sup> Identificação do adjudicatário (pessoa singular indicar nome e número de documento de identificação; pessoa coletiva indicar firma e número de identificação fiscal ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas e números de identificação fiscal).

<sup>(3)</sup> Eliminar o que não interessar.

<sup>(4)</sup> Eliminar o que não interessar.

<sup>(5)</sup> Identificação completa de qual a instituição de crédito.

<sup>(6)</sup> O valor deve corresponder a 12 meses da contrapartida financeira mensal proposta pelo adjudicatário, por extenso.

<sup>(7)</sup> Eliminar o que não interessar.

<sup>(8)</sup> Local.

<sup>(9)</sup> Data.

<sup>(10)</sup> Assinatura do representante do adjudicatário.

ANEXO VI

**Modelos de prestação de caução para garantia da boa e regular execução da obra**

[a que se refere o Anexo I, alínea B), do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio e o n.º 4 da cláusula 28.ª do presente Programa do Procedimento]

**MODELO GARANTIA BANCÁRIA OU SEGURO-CAUÇÃO**

Garantia bancária/Seguro-caução <sup>(1)</sup> n.º \_\_\_\_

Em nome e a pedido de <sup>(2)</sup> \_\_\_\_\_, vem o (a) <sup>(3)</sup> \_\_\_\_\_ pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Setúbal, uma garantia bancária/seguro-caução <sup>(4)</sup>, à primeira solicitação, no valor de <sup>(5)</sup> \_\_\_\_\_ € <sup>(6)</sup> \_\_\_\_\_, como caução, nos termos do Anexo I, alínea B), do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, destinada a garantir a boa e regular execução da obra a realizar na parcela de terreno de domínio público hídrico, sob gestão do Município de Setúbal, exigida no âmbito do procedimento de Concurso Público n.º 27/2024/DAF/DICOMP/SECOMP com vista à atribuição do direito de utilização privativa, através de contrato de concessão, para construção e exploração de um Equipamento de Apoio de Praia com serviço de Apoio de Praia Simples com área total de 435m<sup>2</sup> e Apoio Balnear sazonal com 1320m<sup>2</sup> na Praia de Albarquel.

A presente garantia corresponde a 5% do montante global do investimento previsto no projeto e funciona como se a mesma estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, dentro desta garantia, por fazer imediatamente a entrega ao Município de Setúbal, ao primeiro pedido deste, de quaisquer importâncias que se tornem necessárias, em virtude do incumprimento das obrigações por parte do titular do direito de utilização privativa, até àquele limite, independentemente do mérito das razões que o Município de Setúbal, para o efeito venha a invocar.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros <sup>(7)</sup> garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida por tempo indeterminado até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

São causas de perda de caução:

- a) O abandono injustificado da obra por mais de dois meses ano, dentro do período máximo previsto para a execução da mesma;
- b) O não início da construção da obra no período de um mês posterior à emissão do respetivo título.

Esta caução será liberada:

- a) Em 50% do seu montante, logo que se encontrem realizadas, e após vistoria da respetiva entidade competente, no local da instalação, obras que correspondam a mais de 50% do investimento previsto;
- b) Na totalidade do seu montante, após a emissão do parecer favorável dos serviços do Município de Setúbal e respetiva vistoria.

(<sup>8</sup>) \_\_\_\_\_, (<sup>9</sup>) \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

(<sup>10</sup>) (Banco ou Seguradora)

(<sup>1</sup>) Eliminar o que não interessar.

(<sup>2</sup>) Identificação do adjudicatário (pessoa singular indicar nome, número de documento de identificação e morada; pessoa coletiva indicar firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes).

(<sup>3</sup>) Identificação completa da Instituição que garante (indicação de filial ou agência se for o caso).

(<sup>4</sup>) Eliminar o que não interessa.

(<sup>5</sup>) O valor deve corresponder a 5% do montante global do investimento previsto no projeto, por algarismos.

(<sup>6</sup>) O valor por extenso.

(<sup>7</sup>) Eliminar o que não interessa.

(<sup>8</sup>) Local.

(<sup>9</sup>) Data.

(<sup>10</sup>) Identificação e assinatura da Instituição que garante.

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

Euros: <sup>(1)</sup> € \_\_\_\_\_

Vai <sup>(2)</sup> \_\_\_\_\_, residente/com sede em<sup>(3)</sup> \_\_\_\_\_, depositar na <sup>(4)</sup> sede/ filial/ agência /delegação da (o) <sup>(5)</sup> \_\_\_\_\_ a quantia de<sup>(6)</sup> \_\_\_\_\_, <sup>(7)</sup>em dinheiro/títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, como caução destinada a garantir a boa e regular execução da obra a realizar na parcela de terreno domínio público hídrico, sob gestão do Município de Setúbal, exigida no âmbito do procedimento de Concurso Público n.º 27/2024/DAF/DICOMP/SECOMP com vista à atribuição do direito de utilização privativa, através de contrato de concessão, para construção e exploração de um Equipamento de Apoio de Praia com serviço de Apoio de Praia Simples com área total de 435m<sup>2</sup> e Apoio Balnear sazonal com 1320m<sup>2</sup> na Praia de Albarquel,, nos termos do Anexo I, alínea b), do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

Este depósito fica à ordem de Município de Setúbal, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

<sup>(8)</sup> \_\_\_\_\_, <sup>(9)</sup> \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

<sup>(10)</sup> \_\_\_\_\_ (Assinatura)

<sup>(1)</sup> Identificação do valor por algarismos.

<sup>(2)</sup> Identificação do adjudicatário (pessoa singular indicar nome e número de documento de identificação; pessoa coletiva indicar firma e número de identificação fiscal ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas e números de identificação fiscal).

<sup>(3)</sup> Eliminar o que não interessar.

<sup>(4)</sup> Eliminar o que não interessar.

<sup>(5)</sup> Identificação completa de qual a instituição de crédito.

<sup>(6)</sup> O valor deve corresponder a 5% do montante global do investimento previsto no projeto, por extenso.

<sup>(7)</sup> Eliminar o que não interessar.

<sup>(8)</sup> Local.

<sup>(9)</sup> Data.

<sup>(10)</sup> Assinatura do representante do adjudicatário.



## ANEXO VII

**Modelos de prestação de caução para recuperação ambiental**

[a que se refere o Anexo I, alínea A), do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio e o n.º 4 da cláusula 29.ª do presente Programa do Procedimento]

**MODELO GARANTIA BANCÁRIA**

BANCO <sup>(1)</sup> \_\_\_\_\_ GARANTIA N.º \_\_\_\_\_

Em nome e a pedido de <sup>(2)</sup> \_\_\_\_\_, vem o (a) <sup>(3)</sup> \_\_\_\_\_ pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Setúbal, uma garantia bancária, no montante de <sup>(4)</sup> \_\_\_\_\_ € <sup>(5)</sup> \_\_\_\_\_, nos termos do Anexo I, alínea A), do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, a fim de garantir a recuperação de eventuais danos ambientais causados nos recursos hídricos, como consequência da construção e exploração da parcela de terreno do público hídrico, relativa a Equipamento de Apoio de Praia com serviço de Apoio de Praia Simples com área total de 435m<sup>2</sup> e Apoio Balnear sazonal com 1320m<sup>2</sup> na Praia de Albarquel exigida no âmbito do procedimento de Concurso Público n.º 27/2024/DAF/DICOMP/SECOMP, e da celebração de contrato de concessão do direito de utilização privativa de uma parcela de terreno do domínio público hídrico e respetivas construções e instalações, e sem prejuízo das indemnizações a terceiros.

A presente garantia corresponde a 0,5%, do montante investido na obra e funciona como se a mesma estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, dentro desta garantia, por fazer imediatamente a entrega ao Município de Setúbal, ao primeiro pedido deste, de quaisquer importâncias que se tornem necessárias, em virtude do incumprimento das obrigações por parte do titular do direito de utilização privativa, até àquele limite, independentemente do mérito das razões que o Município de Setúbal, para o efeito venha a invocar.

Fica bem assente que o banco garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantindo(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida por tempo indeterminado até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem

esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

Esta caução será liberada decorrido 1/5 do prazo da concessão de utilização privativa de domínio público, desde que o Município de Setúbal considere que não é preciso acioná-la para a correção ou eliminação de eventuais danos ambientais.

(<sup>6</sup>) \_\_\_\_\_, (<sup>7</sup>) \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

(<sup>8</sup>) (Banco)

(<sup>1</sup>) Indicação da Instituição que garante.

(<sup>2</sup>) Identificação do adjudicatário (pessoa singular indicar nome, número de documento de identificação e morada; pessoa coletiva indicar firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes).

(<sup>3</sup>) Identificação completa da Instituição de crédito (indicação de filial ou agência se for o caso).

(<sup>4</sup>) O valor deve corresponder a 0,5%, do montante investido na obra, por algarismos.

(<sup>5</sup>) O valor por extenso.

(<sup>6</sup>) Local.

(<sup>7</sup>) Data.

(<sup>8</sup>) Identificação e assinatura da Instituição de crédito.

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

Euros: <sup>(1)</sup> € \_

Vai <sup>(2)</sup> \_\_\_\_\_, residente/com sede em<sup>(3)</sup> \_\_\_\_\_, depositar na <sup>(4)</sup> sede/ filial/ agência /delegação da (o) <sup>(5)</sup> \_\_\_\_\_ a quantia de<sup>(6)</sup> \_\_\_\_\_, <sup>(7)</sup>em dinheiro/títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, como caução destinada a garantir a recuperação de eventuais danos ambientais causados nos recursos hídricos, em consequência da exploração da parcela de terreno do público hídrico, relativa a Equipamento de Apoio de Praia com serviço de Apoio de Praia Simples com área total de 435m<sup>2</sup> e Apoio Balnear sazonal com 1320m<sup>2</sup> na Praia de Albarquel exigida no âmbito do procedimento de Concurso Público n.º 27/2024/DAF/DICOMP/SECOMP, e da celebração de contrato de concessão do direito de utilização privativa de uma parcela de terreno do domínio público hídrico e respetivas construções e instalações, sem prejuízo das indemnizações a terceiros.

Este depósito fica à ordem de Município de Setúbal, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

<sup>(8)</sup> \_\_\_\_\_, <sup>(9)</sup> \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

<sup>(10)</sup> \_\_\_\_\_ (Assinatura)

<sup>(1)</sup> Identificação do valor por algarismos.

<sup>(2)</sup> Identificação do concessionário (pessoa singular indicar nome e número de documento de identificação; pessoa coletiva indicar firma e número de identificação fiscal ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas e números de identificação fiscal).

<sup>(3)</sup> Eliminar o que não interessar.

<sup>(4)</sup> Eliminar o que não interessar.

<sup>(5)</sup> Identificação completa de qual a instituição de crédito.

<sup>(6)</sup> O valor deve corresponder a 0,5%, do montante investido na obra, por extenso.

<sup>(7)</sup> Eliminar o que não interessar.

<sup>(8)</sup> Local.

<sup>(9)</sup> Data.

<sup>(10)</sup> Assinatura do representante do concessionário.